

O ZEBU INDIANO NO BRASIL CENTRAL: O PEDIGREE E A CONSOLIDAÇÃO DE UM MERCADO DE ELITE

Natacha Simei Leal²⁷

O presente artigo, a partir da descrição de aspectos da consolidação do mercado de bovinos de elite brasileiro, anseia analisar uma tecnologia fundamental para o melhoramento de rebanhos bovinos: o pedigree. Este artefato, que é tanto um registro das relações entre ascendentes e descendentes que produzem parentesco, quanto um mecanismo que atesta, através da publicação de genealogias, pureza e distinção, desde o século XVIII, a partir das experiências do inglês Robert Bakewell, vem sendo sistematicamente utilizado para o “raceamento” de animais de criação.

Naquela época em que os saberes da economia fisiocrática propunham reformas para aprimorar as atividades do campo - como uso de cercas nas propriedades, formação de pastos para alimentar os rebanhos e o controle da reprodução através de estações de monta e de engorda - Bakewell, um criador de bovinos, cavalos e ovelhas consolidava um método, até hoje utilizado na seleção de animais: *oinbreeding* (Darwin: 2002, Franklin: 2002, Orland: 2004, Walton: 1984). Através da realização de acasalamentos direcionados e consecutivos de um mesmo reprodutor com suas descendentes diretas - filhas, netas e bisnetas, Bakewell, concentrava em famílias bovinas um conjunto de atributos direcionados. O selecionador, assim, ao concentrar sangue, organizava linhagens de animais reprodutores.

As reses produzidas pelo método de *inbreeding*, puras, “de elite”, eram utilizadas em acasalamentos dirigidos com espécimes mestiços, desse modo, melhorando e apurando o rebanho. Mas eram os pedigrees publicados em *herd books*, que atestavam não só o fluxo do sangue e o parentesco entre esses animais raceados, mas a pureza e mesmo a nobreza desses espécimes.

O pedigree é um artefato fundamentalmente britânico, utilizado na seleção de animais, mas também pela aristocracia, que desde pelo menos o tempo vitoriano, o cultiva e consagra fervorosamente (Strathern: 1999; Silva: 2010). Mary Bouquet (1993) descreve que o princípio de

²⁷Doutora e mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). É pesquisadora do Hybris - Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos, Socialidades - USP/UFSCar e do NuAP - Núcleo de Antropologia da Política - UFRJ/Museu Nacional.



reconhecer descendência a partir das linhas maternas e paternas expressos em pedigrees, implica em muito mais que um critério de pertença a um grupo, uma raça ou a uma família. Muito mais que evidenciar os mecanismos de hereditariedade, parentesco ou fluxo do sangue produz indivíduos, sejam eles homens ou animais, com distinção.

A antropóloga Sarah Franklin (2002) defende que o método de *inbreeding* e a publicação regular de genealogias animais inaugurada por Bakewell, produziu uma alteração substancial na pecuária bovina britânica, e mesmo mundial. As reses puras, com pedigree, que por essa razão passaram a angariar um alto valor de mercado, muito mais que simples reprodutoras, se tornaram verdadeiros repositórios, não só de material genético, como de um ideal racial. Engendrando assim, uma nova indústria consolidada na Inglaterra, mas que atualmente se destaca no Brasil, de “estoque de sangue e pedigree”.

No Brasil a publicação regular de pedigrees bovinos passou a acontecer alguns anos mais tarde que na Inglaterra, mas também produziu efeitos substantivos no estabelecimento de padrões raciais mais precisos e no comércio de bovinos, conforme demonstrarei nas páginas a seguir.

Como se sabe, contemporaneamente, o Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo. Ademais, comercializa os animais “de elite” mais caros do mundo. Esses espécimes queem razão de seu elevado mérito racial, têm suas células reprodutivas - sêmen ou embriões - comercializadas através de centrais de inseminação artificial e laboratórios para melhorar a qualidade de espécimes comuns, abatidos e, que não raramente, são vendidos por cifras milionárias em suntuosos leilões, são de elite porque têm pedigree.

Atualmente 80% dos bovinos abatidos no país são zebus. O Brasil exporta não só a carne, como a genética desse gado. Esses animais de origem indiana, da subespécie *Bostaurusindicus*²⁸, chegaram ao Brasil, intensamente, a partir da virada do XIX para XX até a década de 60 deste mesmo século. Criadores do Triângulo Mineiro, atentos às demandas da então emergente indústria mundial de carnes congeladas, realizaram sucessivas e longas expedições à Índia a fim de importar esses animais ao Brasil.

²⁸Em *À propósito do boi* (1994), Aline Figueiredo sugere que os primeiros bovinos, mamíferos ruminantes da ordem dos artiodáctlios, teriam aparecido durante o período do Mioceno, no Himalaia, e teriam originado uma grande família Bovídea, o gênero *Bos*. Esta teria se dividido em dois troncos básicos: o de tipo “auroque” ou *Bostaurustaurus* teria se espalhado pela Europa e África Setentrional e o de tipo “zebu”, *Bosbosindicus*, teria se estabelecido no sul da Ásia e na África Meridional.

Ora proibidas, ora permitidas pelo Estado, essas importações combinadas com promoção de feiras e julgamentos de gado, organização de associações de criadores, consolidação de saberes zootécnicos, uso de biotecnologias, comercialização destes espécimes em leilões, mas principalmente com a publicação regular de pedigrees, fizeram zebus de elite. Ademais o êxito do gado zebu no Brasil ajudou a consolidar uma elite de pecuaristas, os zebuzeiros, bastante influente política e economicamente.

Este artigo descreverá parte do processo de constituição do mercado de gado de elite brasileiro, que desde pelo menos a década de 30 se consagra em Uberaba-MG. Ao descrever uma breve história das importações de gado da Índia e do processo de melhoramento de zebus indianos no Brasil, pretende demonstrar como criadores de zebus (os zebuzeiros) elitizaram a si mesmos e ao gado que selecionaram através de uma maneira bastante original de produzir pedigrees.

A Pecuária, o Brasil e o Triângulo Mineiro

Como se sabe pelos trabalhos clássicos de Caio Prado Junior (1941), Capistrano de Abreu (1988), Celso Furtado (1959) e Werneck de Sodré (1941), os bois no Brasil, durante a colônia, foram usados especialmente para ocupar os sertões. Ao contrário da produ o de outros bens, como a o car, tabaco, ouro, diamante, algodão e café, que sucessivamente foram produzidos para a exporta o, a bovinocultura foi durante muito tempo uma atividade voltada ao mercado interno. Apesar de engendrar ciclos econ micos de vulto, como o do couro e das charqueadas, a pecuária bovina brasileira manteve-se “extensiva”, por várias décadas.

Isso não indica, todavia, que sele es dirigidas de animais não acontecessem no país. Nas pecuárias mais rudimentares, alguns espécimes, por suas características raciais eram utilizados e comercializados como reprodutores. Havia algum controle sobre a reprodu o. Mas   somente no alvorecer da República que, de fato, uma “indústria de estoque de sangue e pedigree” brasileira começa a se consolidar e Uberaba, décadas mais tarde, se torna central na produ o de zebus “de elite”.

  na virada do século XIX para o XX, que o Estado, antes monárquico e depois republicano, passou a investir em saberes da ciência aplicada a fim de incrementar a produ o do campo²⁹

²⁹ Destes investimentos do Estado em saberes modernos para o fomento da voca o agrícola do país, vale destacar: a realiza o de congressos agrícolas no Rio de Janeiro e em Recife em 1878; a funda o do Instituto Agronômico de Campinas em 1887, que d  origem a ESALQ em 1892. A inaugura o da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), também 1887, que foi fundamental para o estímulo a organiza o de uma pasta sobre o tema, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, fundado em 1909. A guinada na pecuária brasileira tem também como marcos a

(Medrado: 2013, Leal: 2014). Com vistas a aliar o caráter essencialmente agrícola do país com a industrialização, patrocinava a publicação de manuais zootécnicos, inaugurava fazendas experimentais e escolas agrícolas.

Mas todos esses investimentos, especialmente na pecuária bovina, eram efeitos de uma conjuntura política e econômica maior, capitaneada pelas ações da Inglaterra de Bakewell. Se aqui no Brasil a carne bovina, até então, era um produto comercializado e produzido para abastecer o mercado interno, é precisamente na virada do século XIX para o XX que se torna uma demanda alimentar europeia.

A Inglaterra, apesar de o domínio de técnicas modernas de seleção e manejo de bovinos (Darwin: 2002, Franklin: 2002, Orland: 2004, Walton: 1984)– como o *inbreeding*, o pedigree, o uso de cercas, rações e confinamentos – não tinha terras suficientes para desenvolver uma pecuária voltada ao abastecimento de um mercado mundial de carnes. Além disso, a Primeira Guerra provocou uma escassez de alimentos na Europa. Por essas razões, a Inglaterra, volta seus olhos a novos celeiros alimentares como Argentina e Brasil. Não só passa a fomentar a necessidade de consumo de carne entre suas classes trabalhadoras, como instala frigoríficos nesses países.

Diante dessa nova demanda, coube a elite ganadeira nacional modernizar-se. Era necessário não só, como sugeria Eduardo Cotrim (1913) no primeiro manual zootécnico brasileiro, reformar os edifícios das fazendas (a fim de desenvolver cercas, currais e confinamentos), aplicar cuidados veterinários em seus rebanhos, separar a produção em etapas – cria, recria e engorda – para a reversão da pecuária “selvagem” empreendida até então, mas principalmente, avaliar, do ponto de vista zootécnico, quais raças de bovinos eram mais adequadas para abastecer essa emergente indústria de carnes congeladas.

É importante destacar que a população bovina nacional, até meados do século XX, era majoritariamente composta por espécimes da subespécie *Bostaurustaurus*. Os primeiros rebanhos que aqui chegaram pelas mãos dos colonizadores eram miúdos, de raças autóctones da Península Ibérica tais como Andaluza, Barrosã, Mirandesa, Galega, Aroquesa e Brava, portanto, de origem europeia

publicação por Joaquim Travassos, em 1903, de três documentos, de nome “Monografias Agrícolas”, em que o autor não só analisa as diferenças entre bovinos de origem indiana e europeia, como faz uma defesa da necessidade do consumo de proteína animal. Em 1913 é publicado o primeiro manual zootécnico brasileiro, “A Fazenda Moderna”, de Eduardo Cotrim e em 1917 é realizada a Primeira Conferência Nacional de Pecuária.

(Figueiredo: 1994, Santiago: 1983). Ao acasalarem livremente, dando origem aos tipos mestiços nacionais Curraleiro e Pé-Duro, esses rebanhos acompanharam a faixa litorânea, de norte a sul, chegaram ao norte também ao planalto e centro-oeste brasileiro.

Os poucos bovinos do oriente, da subespécie *Bostaurus indicus*, que chegaram aqui durante a colônia estavam nas mãos da nobreza. Zootecnistas e memorialistas (Domingues: 1966, Santiago: 1983) narram que Dom Pedro I mantinha na Fazenda Real de Santa Cruz um lote de zebus que ele importou no ano de 1826 da região do Rio Nilo. E Dom Pedro II, na metade deste século, teria ganhado de presente de um Marajá indiano um touro zebuino. Outros membros da nobreza, como o Barão do Paraná, que ganha tal título de Dom Pedro II exatamente por suas experiências de seleção e hibridação de animais de criação em sua fazenda de café no Vale do Paraíba, teria importado do Jardim Zoológico de Londres, junto com um casal de zebras, espécimes zebus. Mas a nobreza fluminense não utilizava estes zebus para produzir carne, leite ou mesmo para ocupar territórios. Nas mãos desta elite, como se pode notar, estes animais funcionavam como objetos de distinção.

E como Uberaba emerge no cenário agropecuário nacional? O Triângulo Mineiro, desde o século XVIII era parada de tropeiros que vindo do oeste do país ali paravam para descansar e seguir viagem ao norte do país e ao litoral a fim de comercializar o gado Curraleiro ou Pé-Duro. Era conhecido por suas boas pastagens. Era uma passagem, um entroncamento de caminhos. Ligava a sede da colônia às minas de Mato Grosso. Foi por esse caráter, de passagem, que se tornou nos séculos seguintes, um importante entreposto comercial.

Foram bois que fizeram o Triângulo se tornar mineiro (Lourenço: 2007). Tropeiros, ao pararem na região que na época pertencia à capitania Goiás, reclamavam de ter de pagar tributos para comercializar seu gado em Minas Gerais. Por esse motivo em 1816, o Triângulo é anexado à Minas, e em 1836, sua principal centralidade, o antigo Sertão da Farinha Podre, é elevada à vila, nomeada Uberaba décadas depois. Em meados do século XIX, o antigo Sertão da Farinha Podre recebe uma leva de povoamento. Fazendeiros e comerciantes de outras regiões de Minas Gerais, com a decadência da mineração, migram para a localidade. Beneficiados com terras passam a investir mais sistematicamente na pecuária bovina.

Mas havia outros estímulos, além da qualidade e quantidade de terra, para desenvolver a pecuária bovina em Uberaba. A cidade era próxima de Barretos, localidade onde se instalaram os primeiros frigoríficos de capital inglês. Ademais, em 1889, a Companhia de Ferro Mogiana estende seus

trilhos até Uberaba, desse modo facilitando o escoamento de produtos, entre eles bois, para o porto de Santos.

O fato é que comerciantes e fazendeiros “triangulinos”, desde a virada do século XIX para o XX passaram a investir na compra de gado indiano, zebu. Primeiramente, na virada do século, trouxeram à Uberaba espécimes zebuínos da província do Rio de Janeiro que eram de propriedade danobreza fluminense. Depois, através de sucessivas e longas viagens à Índia, passaram a importar zebus ao Brasil.

A primeira dessas expedições foi liderada por um mascate de gado, Theóphilo de Godoy³⁰. Natural de uma cidadezinha do Triângulo Mineiro, Estrela do Sul, viaja para Índia no ano de 1898. Retorna ao Brasil em 1904 com 15 cabeças de gado. Essa expedição é considerada por muitos zebuzeiros como um marco para história da pecuária, já que Godoy não apenas trouxe gado indiano ao Triângulo Mineiro, como sistematizou em seu diário, publicado na coluna “Do Brasil à Índia”, no Jornal O Araguari, os primeiros conhecimentos mais rigorosos sobre o manejo e eficiência das raças zebuínas.

Estimulados pelas informações de Godoy sobre a pecuária indiana e pelo emergente comércio mundial de carnes congeladas, outros criadores do Triângulo Mineiro passam também a patrocinar novas importações. Em 1906, o mascate Ângelo Costa traz de sua expedição à Índia 48 cabeças para o criador uberabense José Caetano Borges. Em 1907, mais 96 animais são importados. No ano de 1908 o governador de Minas Gerais, João Pinheiro, passa a incentivar e autorizar estas importações. Em 1910 é a vez de Armel de Miranda, em 1914 de João Martins Borges. E assim foram feitas outras expedições e importações nos anos seguintes. Há registro de que entre 1904 - com o retorno de Godoy - até 1921, quarenta e cinco levas de gado zebu são trazidas ao país, totalizando cerca de 5.500 reses. (Rezende e Borges Lopes: 2001, Santiago: 1983)

A aposta destas importações pioneiras, segundo criadores, zootecnistas e memorialistas (Santiago: 1983, Domingues: 1963, Silva: 1947), era a de que os zebus, mais resistentes às altas temperaturas e às verminoses do que os bovinos de origem europeia que chegaram durante a colonização, se adaptariam bem ao Brasil Central. Mas para tanto, era necessário trazer novos reprodutores para dar início a uma seleção mais rígida capaz de produzir animais “puro-sangue”.

³⁰O diário, não só traz as impressões de Godoy sobre os animais zebus, mas sobre o “exótico” modo de vida dos indianos.

Joana Medrado (2013), uma historiadora, avalia essa aposta por um outro ponto de vista. Afirma que se por um lado o investimento nestas importações pioneiras sugere um esforço em desenvolver uma “pecuária tropical” com o desenvolvimento de bovinos capazes de atender as demandas do clima e do ambiente do Brasil Central, as viagens à Índia, um destino “exótico”, eram uma opção de grupos rurais, que no período, eram relativamente *outsiders* política e economicamente.

Foram, exatamente, as intempéries destas expedições (a “audácia” destes primeiros exploradores, as longas viagens, as dificuldades nas compras e na importação destes animais) e, posteriormente, o controle sobre a propriedade de bovinos “raçadores”, o estabelecimento de um conjunto de critérios que definiam o padrão racial e as vantagens zootécnicas dos tipos indianos que fizeram dos fazendeiros “triangulinos”, os zebuzeiros, uma elite nacional. E que, não obstante, tornaram Uberaba, desde pelo menos a década 30 do século XX, a principal fornecedora de zebus puros, “de elite”, utilizados para aprimorar a qualidade dos rebanhos de corte nacionais.

Os zebus e o pedigree

A indústria de “estoque de sangue” de zebus no Brasil, desde o início do século XX, tem algumas especificidades. Um bovino “puro-sangue” brasileiro não é exatamente um bovino “puro-sangue” inglês. A criação destes espécimes se fez, e ainda se faz, ora pelo “refrescamento”, ora pela “concentração” do “sangue” destes “raçadores” ao longo das gerações. Era necessário lidar com as contingências da suspensão ou da permissão das importações de gado da Índia.

Como poucos “pareadores” importados deram origem às principais linhagens bovinas, o rebanho zebuino brasileiro é bastante “consanguíneo”. Se em alguns momentos, com vistas a promover a permanência de certas características hereditárias ao longo das gerações, realizava-se o *inbreeding*, acasalamentos entre indivíduos com elevado índice de parentesco, em outros se fez necessário promover cruzas entre espécimes não-aparentados, tanto para evitar doenças ou anomalias congênitas, quanto para multiplicar os rebanhos.

O fato é que criadores “triangulinos” inventaram uma maneira própria de se selecionar, “racear” e comercializar gado. Isto é muito valorizado no mercado de gado de elite contemporâneo. Porque este mercado no Brasil desenvolve mais que espécimes “raçadores” que aprimorarão a qualidade do gado abatido e encaminhado aos frigoríficos: os bovinos mais caros do mundo são brasileiros e zebus.

Se por um lado, o investimento na seleção destas reses gerou, indubitavelmente, efeitos na pecuária de corte (já que contemporaneamente mais de 80% do rebanho nacional é zebu), por outro desenvolveu um mercado paralelo à ela, fundamentado alguns critérios que não são exclusivamente pautados pelas necessidades de produtividade e eficiência da indústria da carne.

Vale lembrar que nem sempre esses bovinos foram utilizados para abastecer demandas alimentares. Foi precisamente o investimento dos criadores de Uberaba que tornaram esses tipos indianos tanto um produto para a indústria da carne, quanto espécimes “de elite”. Primeiramente, porque na Índia, os bovinos são considerados sagrados. Os hindus ortodoxos se recusam a matá-los e comer sua carne. Como a população é majoritariamente vegetariana, sua seleção não esteve direcionada à produção de carne como no Brasil. Até pouco tempo esses bovinos eram criados à solta e ocupavam suas funções fundamentais: fornecer leite e servir de tração. Inclusive, nos diários publicados pelos mascates e criadores de gado que foram à Índia buscar animais ao longo de toda a primeira metade do século XX, há interessantes passagens mostrando como os brasileiros, ao negociarem a compra de animais com camponeses indianos, garantiam que aqueles animais, ao virem pro Brasil, não virariam bifes³¹.

Ademais, em razão de sua origem, mas especialmente de seus contornos corporais que eram substancialmente diferentes dos contornos dos bovinos europeus (*Bostaurustaurus*) eram considerados “exóticos”. Charles Darwin ([1859] 2002), inclusive, no capítulo primeiro do clássico *Origem das Espécies*, menciona que as diferenças entre bovinos europeus e indianos eram tamanhas, nos hábitos, na voz, mas, principalmente, em virtude dos cupins dos segundos, que o levaram a pensar que descendiam de ancestrais distintos.

Na Europa eram animais de zoológico, que em virtude de seus cupins protuberantes, semelhantes a corcovas, eram exibidos junto com camelos. E quando chegaram ao Brasil, massivamente, nas primeiras duas décadas do século XX, pelas mãos dos criadores “triangulinos”, pecuaristas que trabalhavam com outras raças, especialmente as de origem europeia, disputando o então emergente mercado da carne capitaneado pela Inglaterra, diziam que os zebus eram “selvagens”, que sua carne era “dura” e “fétida” e que estes animais, do oriente, jamais conseguiriam ser domesticados.

³¹Como de fato aconteceu. Os reprodutores importados não eram abatidos, eram reprodutores utilizados em acasalamentos com rebanhos nacionais.

Tal resistência ao gado indiano gerou efeitos na seleção e mesmo no comércio destes animais. Na década de 20, por exemplo, houve um embargo da Inglaterra na compra de carne brasileira por estar muito “azebuada” (Medrado: 2013). Em virtude disso, neste mesmo período, novas importações de gado da Índia vieram a ser completamente suspensas.

Em meio a essa resistência ao gado indiano, os zebuzeiros tiveram que enobrecer seus animais. Era preciso melhorar os descendentes desses bovinos importados. Era necessário provar que os zebus eram tão ou mais eficientes para a indústria da carne que os animais de origem europeia. E neste processo, criadores “triangulinos” trabalharam de maneira muito original as ideias “pureza” e “adaptação”.

Os zebus eram “prolíferos” e “rústicos”. Reproduziam-se sem perder suas características morfológicas originais. Como na Índia também viviam num clima tropical, tinham alta tolerância ao calor e adaptaram-se bem aos sertões brasileiros, e como já mencionei, teria sido esse o motivo de criadores brasileiros realizarem as importações pioneiras. Por comparação aos bovinos de origem europeia eram mais altos, “pernudos”, locomoviam-se bem nas estradas brasileiras, além de se alimentarem de capins grosseiros. Todos esses fatores, certamente, foram decisivos para que ocupassem as fazendas do Triângulo Mineiro e, posteriormente, do Centro-Oeste, do Sudeste e mesmo do Nordeste do Brasil.

Desde as primeiras importações da virada do século XIX para o XX os rebanhos brasileiros começavam a se “azebruar”. Essa capacidade de adaptação do gado indiano aos sertões brasileiros foi fundamental para que se imprimisse no gado nativo, Curraleiro ou Pé-Duro, através de cruzamentos não direcionados, características zebuínas como cupins acentuados. Mas os criadores de Uberaba, com vistas a melhorar seu gado para a indústria frigorífica, precisavam desenvolver espécimes “puros”, não ansiavam desenvolver “mestiços azebuados”. E a adaptação, isoladamente, não produzia “pureza”.

A pureza era passível de ser feita tanto através do controle do fluxo do “sangue” e, portanto, em tudo aquilo que através de acasalamentos dirigidos é capaz de ser transmitido de geração em geração (como teria ensinado Bakewell), quanto a partir do estabelecimento de um conjunto de critérios raciais, que os próprios zebuzeiros de Uberaba vieram a inventar. E que, não obstante, estavam implícitos nos pedigrees organizados a partir da década de 30.

Naquela década, em que importações de gado da Índia, em virtude de problemas sanitários, ainda permaneciam suspensas, pecuaristas de Uberaba que mantinham espécimes importados ou que

desenvolveram seus rebanhos a partir desses reprodutores, se organizaram em uma associação de classe, a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro³². Essa associação passou a emitir, através da instituição de um Serviço de Registro Genealógico, os pedigrees de espécimes zebuínos.

Para que as reses recebessem pedigree não bastava que seus criadores indicassem a família ou a origem de seus animais. Ou seja, o parentesco, isoladamente, expresso em relações de ascendência e descendência, não garantia o registro genealógico. Os animais deveriam ter um conjunto de atributos, avaliados por técnicos vinculados à associação, que atestavam se elas tinham ou não os padrões de pureza racial.

John Walton (1984), ao analisar as técnicas de Bakewell e produzir uma história dos pedigrees na Inglaterra, descreve que o *inbreeding* e a publicação regular de pedigrees popularizada pelo selecionador, não garantia, exatamente, produtividade e funcionalidade nos rebanhos, tanto para a produção de carne, quanto para a de leite. Acima de tudo, segundo o autor, *inbreeding* e pedigree atestavam a transmissão e o estabelecimento de atributos estéticos nos bovinos. E isso parece ter algumas ressonâncias com o caso da seleção de zebus brasileiros.

Criadores uberabenses estabeleceram, entre outros critérios, que os animais de procedência mais fina, portanto, mais “puros” e aptos a receberem pedigree, deveriam ter orelhas protuberantes. E nesse período, passou-se a direcionar a seleção para desenvolvê-las nos rebanhos zebuínos.

Orelhas salientes não tornaram, exatamente, a carne dos zebus mais “macia” ou menos “fétida”, como argumentavam os criadores de gado europeu a respeito desses tipos. Tampouco fizeram com que esses bovinos engordassem ou reproduzissem com mais facilidade, isto já estava garantido pela capacidade de adaptação do gado indiano ao Brasil Central. Ou seja, as orelhas, definidoras da “pureza” do zebu, eram atributos, que não exatamente melhoravam esses animais para a indústria frigorífica. Mas que, paradoxalmente, enobreceram esse gado e seus criadores.

³²Faz-se necessário trazer uma questão que deixo para desenvolver em outro artigo e que foi tratada em minha tese de doutorado (Leal: 2014). Não é coincidência que precisamente a partir da década de 30, que as ações dessa sociedade de classe pecuaristas do Triângulo Mineiro, passem a ser bem-sucedidas. Foi com o governo Vargas que o movimento de integração nacional se consolida e que o Estado passa a incentivar a migração interna, explícita em grandes projetos, entre eles, a Marcha para o Oeste. Vargas é sempre mencionado pelos criadores uberabenses como alguém que teria incentivado a pecuária zebuína, mas esse apoio estatal, que certamente gerou efeitos para o êxito da pecuária zebuína, no entanto, isoladamente não dá conta de explicar a maneira original que esses criadores desenvolveram os pedigrees de seus animais.

Os uberabenses eram não só os donos destas reses, como os proprietários do saber necessário para criá-las, selecioná-las e, mas também admirá-las. E, desde então, passaram a vender zebusreprodutores por eles selecionados, utilizados para melhorar a qualidade de animais encaminhados aos frigoríficos, por um alto valor de mercado.

O zootecnista Octávio Domingues (1966), considerado o “patrono da zootecnia tropical” (ver Leal: 2014) já na década de 60 do século XX, tratou da ascensão dos zebus e também dos zebuzeiros. Ao discutir processos de seleção e melhoramento do gado indiano e suas funcionalidades para o mercado da carne, avaliou o porquê destes espécimes, outrora considerados “exóticos”, a partir da década de 30 do século XX com a publicação de pedigrees, passaram a angariar alto valor de mercado.

“Deu-se primeiro à conformação racial e não ao seu rendimento econômico. Isto tem uma explicação. Nas raças europeias instala-se logo o órgão que fiscaliza a manutenção de sua pureza. No caso das raças indianas, estas foram importadas e só muitos anos depois que se começou o registro genealógico. Fez-se um padrão para cada raça e na busca de animais puros guiava-se pela presença de certos caracteres denunciadores de sua pureza. E os julgadores se esmeravam em descobrir características próprias, sem nenhuma atribuição econômica. Este é o caso das orelhas, cujo desenvolvimento se exige como sinal de pureza. O animal melhor, no caso zebu, era o de externo mais perfeito. Essa era a garantia de sua pureza”.(Domingues: 1966, 260)

Eprosegue:

“[...] as raças indianas, ou na maioria delas, são ricas de características muito particulares, por vezes preciosas(forma da orelha, por exemplo, a orelha do Gir é uma obra de arte) e isto aguçou os peritos, no julgamento, e despertou, nos criadores, o instinto de colecionador, muito próprio do ser humano. Criar zebu passou a ser uma “cachaça”, tal a oportunidade de se poder colecionar boas cabeças, boas orelhas, bons chifres, boas gibas...E como todo colecionador, o zebuista não vacilava (e não vacila) em dar centenas de contos de reis por um belo par de orelhas, inimitáveis, pendentes de uma cabeça ultra convexa....” (Domingues: 1966, 260)

Quando os zebus são enobrecidos, através da seleção de espécimes “de elite” com orelhas acentuadas, os pecuaristas uberabenses enriquecem. Como eram os proprietários dos zebus mais “puros”, os vendiam a novos interessados por verdadeiras fortunas³³. Comerciantes e pecuaristas de

³³ Destes negócios de bovinos zebus por cifras altíssimas, as historiadoras Rezende e Borges Lopes (2001: 98), destacam: A venda do touro Gir, Aragão, no ano de 1941, por quinhentos mil cruzeiros. Em 1944, em uma exposição em Ribeirão Preto, o ministro Francisco Campos, oferece ao criador uberabense Mario Franco, dois milhões e quinhentos mil cruzeiros pelos reprodutores Nero e Mundial. No mesmo ano de 1944, a firma de importação Borges e Irmãos compra todos os bezerros Gir de Rodolfo Machado Borges e em janeiro de 1945, toda a produção de Torres Homem Rodrigues da Cunha por uma pequena fortuna, não especificada pelas autoras. Em 1945 acontece a maior transação concretizada no período: o reprodutor Tigre é adquirido por um milhão e duzentos mil cruzeiros.

todo país, ouvindo falar dos lucros fantásticos com o gado zebu, vinham para Uberaba. O traçado urbano da cidade, inclusive, é todo reformulado.

O Estado, então, volta seus olhos para a potencialidade agropecuária da região, instala fazendas-experimentais ali, inaugura um parque de exposições, além de desenvolver uma linha de crédito para a aquisição de zebus. Neste período, bancos são instalados em Uberaba, “zebuzeiros” erguem palacetes como suas moradas e em suas fazendas, constroem monumentos em homenagem ao gado indiano, abrem cassinos. Assim a cidade, consolida-se enquanto a centralidade inventora da pecuária de elite brasileira.

Nos anos 50 e 60 foram realizadas novas importações de gado da Índia. A orelha saiu de cena dando lugar a outros critérios e sinais de pureza. Mas desde o estabelecimento dos primeiros pedigrees na década de 30, esta estrita classe de pecuaristas, contemporaneamente, bastante endinheirada e influente politicamente, não só concentra em suas mãos os principais reprodutores que fornecem o conjunto de atributos que fazem a “raça” dos rebanhos de corte nacionais abatidos, como as dinâmicas de produção do preço e do valor dos zebus “de elite” vendidos por cifras milionárias em suntuosos leilões.

Considerações finais

Contemporaneamente, os atributos fenotípicos dos zebus como orelhas, mas também cupins e barbelas acentuadas, não são mais os únicos critérios que definem a “pureza” dos animais de elite, mas ainda são admirados nas “pistas” dos julgamentos e leilões onde estes espécimes são apresentados e comercializados. Outras tecnologias, como programas de aprimoramento genético, utilizadas desde a década de 90, são capazes de atestar tanto a maciez da carne destes reprodutores (mesmo sem abatê-los), quanto sua capacidade de gerar sêmen ou embriões “viáveis” que darão origem às reses que serão abatidas e encaminhadas aos frigoríficos. De certo ponto de vista, a produção atual de zebus de elite, valiosíssimos, justifica-se por estar mais afinada com o mercado da carne. Mas mesmo diante de todos os avanços da genética, o pedigree segue sendo uma tecnologia fundamental.

Nos leilões e julgamentos de zebus de elite, os pedigrees desses animais sempre são rememorados por leiloeiros, juizes de gado e criadores. E a Associação Nacional dos Criadores de Zebu (antiga Sociedade Rural do Triângulo Mineiro) possui um banco de dados completamente informatizado,

uma máquina que sistematiza as relações de parentesco dos zebus que recebem registro genealógico no Brasil.

Desde a década de 30, portanto, os pedigrees vêm produzindo as memórias genealógicas entre gerações zebuínas selecionadas por criadores do Triângulo Mineiro, operando como a uma espécie de garantia de transmissão do sangue e de atributos raciais hereditários, mas principalmente de pureza e distinção.

Bibliografia:

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1988.
- BOUQUET, Mary. *Reclaiming English Kinship*. Manchester: Manchester University Press, 1993.
- COTRIM, E. *A Fazenda Moderna*. Bruxellas: Typographa V. Verteneuil & L. Desment, 1913.
- DARWIN, Charles. *Origem das espécies*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002.
- DOMINGUES, Octávio. *O gado indiano no Brasil*. Historiografia, exterior, reprodução, criação, melhoramento. Editado pela Sunab, 1966. (Série Estudo, 1).
- FRANKLIN, Sarah. Dolly's Body: gender, genetics, and the new genetic capital. In: KALOF, L. e FITZGERALD, A (orgs). *The Animals Reader: the essential classic and contemporary writings*. Oxford and New York: Berg, 2002, p. 349-361.
- FURTADO, C. *A Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007.
- GODOY, T. *Do Brasil à Índia*. Cópia em Xerox. Publicado originalmente no Jornal O Araguari, 1889
- LEAL, Natacha Simeí. *Nome aos bois. Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*. Doutorado em Antropologia Social, FFLCH, USP, 2014.
- LOPES, Maria Antonieta Borges, REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. *ABCZ: Histórias e histórias*. São Paulo: Comdesenho Estúdio e Editora, 2001.
- LOURENÇO, Luiz Gustavo Bustamante. *Das fronteiras do império ao coração da república*. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH/USP, São Paulo 2007.
- MEDRADO, Joana. *Do pastoreio à Pecuária*. A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central. Tese (Doutorado em História) - UFF, Rio de Janeiro, 2013.
- ORLAND, B. Turbo Cows: Producing a Competitive Animal in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries. In: SCHREPFER, S R. e SCRANTON, P. *Industrializing Organisms*. Introducing Evolutionary History. New York/London: Routledge, 2003, p. 167-189.
- PRADO JR. C. P. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SANTIAGO, A. A. *O Nelore*. São Paulo: Editora dos Criadores, 1983.
- SILVA, A. B. *O Zebu da Índia e no Brasil*. S. Ed. Rio de Janeiro, 1947.
- SILVA, M. F. 1871: o ano que não terminou. *Revista Cadernos de Campo*, v. 19, p. 326-336, 2010.
- SODRÉ, N. W. *Oeste: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: Olympo, 1941.
- STRATHERN, M. *After Nature. English kinship in the late twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- WALTON, J. Pedigree and productivity in the British and North American cattle kingdoms before 1930. *Journal of Historical Geography*, v. 4, outubro de 1999, p. 441-462.

